

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 515.237 - SC (2019/0167585-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JONAS MACHADO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE AMEAÇA PERPETRADO NO ÂMBITO DOMÉSTICO. LEI MARIA DA PENHA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PELO JUÍZO *A QUO*. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JONAS MACHADO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no HC n.º 4015076-89.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que, em 11/03/2019, o Juízo *a quo* aplicou medidas protetivas em desfavor do Paciente pelo suposto cometimento de violência doméstica (fls. 29-33). Em razão do descumprimento das medidas protetivas, em 15/03/2019, o Magistrado aumentou a distância que o Paciente deveria permanecer longe da Vítima e majorou a multa cominatória (fls. 65-67).

Posteriormente, o Juízo de origem decretou a prisão preventiva (fls. 186-191), que foi cumprida em 09/04/2019 (fl. 193). Em seguida, o Ministério Público estadual ofereceu denúncia em desfavor do Paciente como incurso no art. 147, *caput*, do Código Penal (duas vezes), e art. 24-A da Lei n.º 11.340/2006.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, tendo o Tribunal estadual denegado a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 277):

"HABEAS CORPUS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA DE MAL INJUSTO E GRAVE E DESCUMPRIMENTO REITERADO DAS

Superior Tribunal de Justiça

MEDIDAS PROTETIVAS (ART. 147, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 24-A, DA LEI N. 11.340/06, POR DUAS VEZES). FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E ESCORREITA PARA CONSTRIÇÃO CAUTELAR. PACIENTE QUE INSATISFEITO COM O TÉRMINO DO RELACIONAMENTO AMOROSO, PERSEGUE E ATERRORIZA A EX-COMPANHEIRA. ADEMAIS, SE FURTA DE ACATAR ORDEM JUDICIAL. DESRESPEITANDO EM DUAS OPORTUNIDADES AS MEDIDAS PROTETIVAS CONFERIDAS À VÍTIMA. PROBABILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. EVIDENTE PERICULUM LIBERTATIS. RISCO PARA ORDEM PÚBLICA E PARA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA VÍTIMA. PRESSUPOSTOS E REQUISITOS LEGAIS PARA PRISÃO PREVENTIVA PREENCHIDOS. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO QUE SE IMPÕE. ARGUMENTO DE DESPROPORCIONALIDADE QUANTO A MEDIDA EXTREMA EM RELAÇÃO À PENA PREVISTA PARA O DELITO SUPOSTAMENTE PRATICADA. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA QUE NÃO OBSTA A PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS QUE SE MOSTRAM INSUFICIENTES NO CASO. PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO SÃO SUFICIENTES PARA DERRUIR OS FUNDAMENTOS QUE ENSEJARAM A PRISÃO. ORDEM DENEGADA."

Nas razões deste writ, a Impetrante sustenta (fl. 7) :

"Em tempo, informa-se que o Paciente está respondendo pela prática de 4 crimes de ameaça (cuja pena mínima é de 1 mês de detenção) e 2 de descumprimento de medida protetiva (cuja pena mínima é de 3 meses de detenção).

Assim, sendo apenados os crimes com detenção, nem em tese o Paciente poderá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Dessa forma, a prisão preventiva não guarda a necessária homogeneidade com o resultado final do processo (regra dessumida do § 1.º do art. 282 do CPP e do postulado da proporcionalidade). É flagrantemente desproporcional mantê-lo segregado cautelarmente sem formação de culpa, sendo que, quando (e se) for condenado irá automaticamente para o regime semiaberto ou aberto. Seria melhor, então, condená-lo sumariamente!"

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura até o julgamento final do writ e, no mérito, o reconhecimento da nulidade que decretou a prisão preventiva ou a sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 294-297).

Superior Tribunal de Justiça

As informações foram prestadas às fls. 397-403.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 373-378, pelo desprovimento do recurso ordinário. Às fls. 382-393, o Órgão Ministerial opinou pela denegação da ordem, bem como solicitou desentranhamento do parecer n.º 879/2019/OB/PGR.

É o relatório.

Decido.

Conforme as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica revogou a prisão preventiva, determinando a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Ato contínuo, determinou a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse jurídico na concessão da ordem formulada no presente *mandamus*.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Defiro o pedido ministerial de desentranhamento do parecer de fls. 373-378.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora